



Nº 02 – FEVEREIRO 2016

DESTAQUES

Debate sobre embalagem padronizada ocorre no Brasil há quatro anos Após iniciativa da Austrália, Anvisa anunciou empenho em implantar política

O tema adotado pela OMS no Dia Mundial Sem Tabaco 2016, embalagens padronizadas de produtos do tabaco, propondo aos países que restrinjam ou proíbam logotipos, cores, imagens de marca ou informações promocionais em maços e embalagens de produtos de tabaco, está em debate no Brasil há pelo menos quatro anos.

Em dezembro de 2013, a Anvisa anunciou uma proposta para padronizar as embalagens dos maços. A agência propôs também que a maior parte das embalagens contivesse imagens e frases de advertências sobre os males do tabagismo.

O então Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano submeteu o texto para análise de outros diretores da agência, com a sugestão de entregá-lo ao Congresso para que um parlamentar apresentasse a proposta como projeto de lei, proposta encampada pelo Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

A proposta desagradou a Souza Cruz que, em janeiro de 2014, divulgou uma nota em seu site criticando a ideia sob a justificativa da violação de princípios e direitos, como a propriedade de marcas, liberdade de expressão, livre-iniciativa, e princípios de proporcionalidade e razoabilidade.

Anteriormente, em setembro de 2012, a revista "BMC Public Health" publicou um estudo feito por pesquisadores do Canadá com 640 brasileiras de 16 a 26 anos - faixa etária considerada crítica na iniciação do tabagismo.

O estudo concluiu que a supressão de marcas, cores e descrições do maço do cigarro contribuiu para a redução do apelo que o produto tem sobre as jovens brasileiras. O Brasil foi escolhido por ser o 7º país com o maior número de fumantes, segundo os pesquisadores. O objetivo do estudo foi testar o impacto da aparência do cigarro em mercados da América Latina e nas jovens, público prioritário para a indústria.

A conclusão, através de pesquisas, da influência das embalagens, fez com que, finalmente, em dezembro de 2012, a Austrália se tornasse o primeiro país a exigir essa política.

Em 2015, Irlanda, Reino Unido e França aprovaram leis que obrigam a indústria do tabaco a produzir embalagens padronizadas a partir de maio de 2016.

Comentário da SE-Conicq:

Para os estudiosos de marketing, a embalagem não é apenas um conceito. Ela é altamente estratégica, pois parte intrínseca do sistema logístico global com a responsabilidade de minimizar os custos de entrega, agregar valor como proteção, utilidade e comunicação, e a de manter as condições de uso do produto durante o sistema logístico e, sobretudo, impulsionar vendas.

Algumas das características técnicas da embalagem seriam válidas para todos os produtos. Outras, porém, estariam mais expostas a riscos durante o trajeto rumo ao consumidor, ou por sua perecibilidade ou fragilidade, por imposições regulatórias ou dos próprios fabricantes por verem no produto declínio da qualidade para uso pelo consumidor.

Pulverizado com agrotóxicos durante a plantação, o tabaco colhido é tostado, e entregue à indústria para ser processado, e em conjunto com papel, produto quimicamente alterado, estar disponível ao consumidor na forma de um bastão para ser incinerado.

Quimicamente alterado, o cigarro é um produto tóxico que necessita da embalagem para manter sua propriedade como produto acessível ao consumidor. Esta característica, no entanto, se manteria inalterada caso a embalagem se tornasse padronizada, pois logotipos, cores e marcas dispõem como função única a de impulsionar vendas.

Fonte: WHO – Edição: SE-Conicq

<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1158138-maco-de-cigarro-sem-cor-e-marca-tem-menos-apelo-para-jovens.shtml>

<http://virgula.uol.com.br/comportamento/irlanda-se-torna-primeiro-pais-europeu-padronizar-embalagens-de-cigarro/>

<http://www.antidrogas.com.br/mostraartigo.php?c=3482>

<http://www.who.int/campaigns/no-tobacco-day/2016/en/>

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D90F483A84F5039C6ADA2F82AAE2174F.proposicoesWeb1?codteor=1294572&filename=PL+8303/2014

BRASIL - ARTIGO

Imposto que salva vidas

No artigo “Impostos e princípios constitucionais”, publicado no GLOBO em 22 de fevereiro, Denis Lerrer Rosenfield tece considerações importantes sobre a constitucionalidade da aplicação de impostos, mas erra ao escolher o setor do tabaco para exemplificar suas teses.

Apesar de todos os esforços para a redução do tabagismo, o cigarro continua a ser responsável pela morte de cerca de 150 mil brasileiros por ano. No mundo, o número de vítimas anuais é da ordem de seis milhões, a maior parte em países pobres.

A lucratividade da indústria do tabaco dá-se às custas de dependentes químicos capturados ainda na infância e adolescência por práticas de marketing enganosas. O tabagista expõe-se à cerca de 4.700 substâncias tóxicas da fumaça dos cigarros, responsáveis por doenças cardiovasculares e respiratórias e câncer, só para citar algumas. Nós, do Instituto Nacional de Câncer (Inca), estimamos que 28.220 pessoas serão diagnosticadas com câncer de pulmão em 2016, das quais cerca de 90% são fumantes.

A indústria do tabaco impõe ainda um fardo econômico à sociedade. Nos EUA, o Centro de Controle de Doenças estima que em 2016 o tabagismo custará US\$ 300 bilhões, frente a uma arrecadação de impostos de US\$ 26 bilhões. No Brasil, estudo da Fiocruz demonstrou que em 2011 gastamos cerca de R\$ 21 bilhões só no tratamento de 15 tipos de doenças relacionadas ao tabaco, enquanto a arrecadação tributária sobre o setor foi de pouco mais de R\$ 6 bilhões.

O flagelo imposto pela massificação do consumo dessa droga letal motivou 192 países a aprovarem em 2003 a Convenção Quadro da OMS para Controle do Tabaco, tratado internacional para mitigação dos danos sanitários, sociais e econômicos do tabagismo.

O Congresso brasileiro ratificou a Convenção em 2005, e implantamos uma série de medidas que reduziram a prevalência de fumantes adultos no país de 18,2% em 2008 para 14,7% em 2013. Estudos comprovam que a medida mais eficaz foi o aumento dos impostos sobre cigarros a partir de 2007, associado a uma política de preços mínimos, mecanismos previstos na Convenção. O imposto sobre cigarro salva vidas!

Ciente da eficácia da medida, a indústria tabagista financia um lobby para associar a elevação dos impostos ao aumento do contrabando de cigarros do Paraguai. Mas estudos do Banco Mundial não confirmam essa relação e apontam como causas diretas do contrabando a falta de cooperação internacional e a leniência no combate ao crime organizado, à corrupção e à pirataria.

O contrabando de cigarros do Paraguai é um problema grave, e a forma para mitigá-lo é a aprovação pelo Brasil do Protocolo para Eliminar o Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco, vinculado à Convenção.

Outra alegação da indústria tabagista, sobre a queda da arrecadação tributária motivada pelo aumento de impostos e do contrabando, não procede. A arrecadação sobre cigarros aumentou de R\$ 2,4 bilhões em 2006 para R\$ 8,5 bilhões em 2015, recursos que cobrem apenas uma parte dos custos com o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco e dos programas de prevenção.

Fonte: O Globo – Edição: SE-Conicq

<http://oglobo.globo.com/opiniao/imposto-que-salva-vidas-18811268#ixzz42Dqz70wA>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Pesquisa aponta substituição lenta e progressiva do tabaco por cultura alternativa

Pesquisa do MDA aponta que a diversificação da agricultura familiar vem crescendo em áreas de cultivo de tabaco. De 2011 a 2013, a amostragem revela que saltou de 6,5% para 10,2% as famílias que deixaram a lavoura do fumo, no universo de 11,2 mil atendidas por chamadas públicas específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), do Ministério. Os números foram apresentados em evento no dia 3 de março, em Brasília.

“O programa brasileiro de diversificação de tabaco é referência mundial”, explicou Hur Ben Corrêa, coordenador de Inovação e Metodologias do MDA ao salientar que a ação possibilita a construção de projetos de vida que emancipam e realizam o agricultor, respaldado por políticas públicas.

A lógica é a seguinte: diante da queda mundial do consumo de fumo, o Ministério trabalha pela diminuição da dependência do agricultor familiar a esta cultura, dando a ele o direito de optar pela diversificação.

Segundo o levantamento, 76% das famílias revelaram tal vontade - em razão de 69% reclamarem de dores nas costas e 48% sofrerem com vômitos durante a colheita. O número de fumantes entre as famílias é maior do que a média nacional, 31,4%. Por outro lado, além dos benefícios à saúde, a renda cresce entre os agricultores que diversificam a produção: R\$ 2,3 mil contra R\$ 1,8 mil, entre os que mantêm a monocultura, contando a renda líquida agropecuária (incluindo o fumo), por hectare plantado nos dois anos.

“É um sinal de que a diversificação faz bem ao bolso”, ressaltou Amadeu Bonato, consultor responsável pela pesquisa. E melhora não é apenas financeira, mas também no quesito alimentação. Entre 2011 e 2013, a criação de animais de pequeno porte para o autoconsumo foi impulsionado: galinheiros cresceram 68% para 76% e chiqueiros, 61% para 70%. Há, também, maior acesso a políticas públicas, como Pronaf, habitação rural, PAA e Pnae.

Christiane Belinzoni, consultora do MDA, informou que há 33,4 mil agricultores familiares com DAP que produzem tabaco no Brasil. Ela visitou diferentes propriedades rurais nos principais estados produtores, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e pôde visualizar a mudança efetiva na vida das pessoas. “A diversificação em áreas de cultivo de tabaco é uma realidade”, assegurou.

A reunião de apresentação dos resultados do Programa Nacional de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco, realizada em Brasília, foi uma atividade preparatória à visita oficial de delegações do Uruguai, Jamaica e Filipinas, a ser realizada em Santa Catarina, no fim de março. O interesse internacional pelo programa brasileiro está respaldado pela aprovação de 178 países ao método de trabalho aplicado, em convenção na Rússia, em 2014.

O Programa Nacional é fruto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e ratificada pelo governo brasileiro. A meta é criar alternativas economicamente viáveis aos produtores de tabaco, conforme artigo 17 da CQCT.

O MDA possui ação orçamentária para apoiar projetos de capacitação/pesquisa e para prestação de serviços de Ater, por meio de Chamadas Públicas, para a produção de outras culturas agrícolas, além do tabaco. Em 2011, lançou chamada para atendimento de 10 mil famílias de estados do Sul (RS, SC e PR) e do Nordeste (BA, SE e AL) e, em 2013, para 11 mil famílias nos três Estados sulistas.

Fonte: MDA – Edição: SE-Conicq

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cresce-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-de-cultivo-de-tabaco#sthash.nYzmUTgd.pdf>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Senadora Ana Amélia lidera reunião dos representantes do tabaco com Presidente do Senado

Cadeia Produtiva do Tabaco é contra embalagem padronizada, e não quer pressa na decisão

Intermediada pela Senadora Ana Amélia (PP-RS), no dia 2 de março, representantes da cadeia produtiva do fumo se reuniram com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para solicitar que o Projeto de Lei do Senado (PLS) 769/2015, que aplica o artigo 11 da CQCT – embalagens genéricas - passe pelas comissões permanentes da Casa. Na prática, a pauta de tramitação de um Projeto de Lei pode levar anos.

O projeto faz parte da Agenda Brasil e tem decisão terminativa na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), ou seja, assim que for aprovado pelo colegiado, poderá ser enviado, imediatamente, para análise na Câmara dos Deputados.

— O projeto devia ser melhor discutido como todos os projetos são tanto no Senado como na Câmara Federal, para ouvir todas as partes — defendeu Iro Schünke, presidente do Sinditabaco, ao citar ainda que, na Austrália, regras semelhantes foram aplicadas e o cigarro legal “caiu” e o ilegal “explodiu”.

O PLS estabelece a proibição de qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos nos locais de venda e determina que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Anvisa.

O texto também proíbe o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos. Um exemplo é o mentol.

Os produtores argumentam que essas regras prejudicarão o produto brasileiro que concorrerá, de maneira desleal, com o cigarro contrabandeado. De acordo com

Schünke, em 2014, 31% dos cigarros consumidos no país vieram de contrabando e, “em 2015, certamente aumentaram”.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) apoia o pleito dos representantes do tabaco e participou da reunião, que ainda contou com a presença de prefeitos de municípios produtores da Região Sul.

O presidente do Senado lembrou a importância da produção de tabaco para o município de Arapiraca, em Alagoas.

— Arapiraca foi o município brasileiro que, ao longo desses 15 anos, mais gerou empregos no Brasil. A razão é a base do minifúndio que a cultura do fumo inaugurou — afirmou Renan Calheiros, que se comprometeu a conversar com o presidente da CEDN, senador Otto Alencar (PSD-BA), que também é o relator do PLS 769/2015.

Comentário da SE-Conicq:

Em outubro de 2015, a polícia australiana apreendeu 71 toneladas de tabaco ilegal provenientes da Indonésia e dos Emirados Árabes. Os agentes estão investigando uma complexa rede criminosa que atua não só com tabaco ilegal, mas com diversas atividades criminosas, incluindo narcóticos.

Podemos levantar como hipótese que o crime organizado na Austrália, e o que propõe a executar, lucrar às margens da lei, manteria suas ações criminosas com ou sem a regulação que determinou embalagens genéricas para os componentes do tabaco, daí não haver comprovação da relação direta entre embalagem genérica e contrabando apregoada pelo Presidente do SindiTabaco.

Acreditamos que a força dos fatos supera as análises ligeiras, e que os senadores dispõem de um arsenal de estudos, dados e informações técnicas que demonstram o impacto atrativo de cores surreais e imagens visualmente provocantes, principalmente perante os jovens, promovido pela Indústria do Tabaco em seus produtos através das embalagens.

Quanto ao comércio ilícito, aqui ou na Austrália, a melhor receita, já disponível aos países, seria a ratificação do Protocolo do Comércio Ilícito do Tabaco, infelizmente não estimulado pelo Presidente do SindiTabaco junto aos políticos e autoridades em reuniões públicas.

Fonte: Abc – Edição: SE-Conicq

<http://www.abc.net.au/news/2015-10-16/illegal-cigarettes-australian-border-force-record-haul/6859052>

Projeto da senadora Ana Amélia estabelece marco regulatório nos contratos de integração entre produtores rurais e agroindústrias

O projeto de lei, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), que cria regras para os contratos de integração entre agroindústria e produtores rurais, está em vias para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados em 2016.

O PLS 330/2011, conhecido por Projeto dos Integrados, estabelece um marco regulatório no setor, trazendo segurança jurídica a produtores e agroindústrias. A proposta, aprovada em 2013 pelo Senado, foi tema de audiências públicas promovidas pela Câmara em 2015.

– O projeto estabelece condições e obrigações nas relações entre integrados e integradores. É um marco regulatório que dará segurança jurídica aos participantes do sistema, muito utilizado na produção de aves, suínos, leite e tabaco – ressaltou Ana Amélia.

A senadora, que preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, destacou que o texto do projeto foi trabalhado em conjunto com as lideranças de produtores e entidades que participam da produção integrada. Na Câmara, a matéria tramita sob o número PL 6459/2013 e é considerada uma das prioridades para o setor agropecuário.

Fonte: Gabinete Senadora Ana Amélia – Edição: SE-Conicq

http://www.anaamelialemos.com.br/noticias/projeto_da_senadora_ana_amelia_estabelece_marco_regulatorio

AMPROTABACO empossa nova diretoria e cobra participação na COP7

Prefeito adota discurso unificado da cadeia do tabaco sobre embalagem genérica

Tomou posse em 25 de fevereiro a nova diretoria da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco). O prefeito de Canoinhas (SC), Luiz Alberto Faria assumiu a presidência no lugar de Marcelo Distéfano, prefeito de São João do Triunfo (PR), em solenidade realizada em Florianópolis.

Também foram empossados os vices, Dalvi de Freitas, de Dom Feliciano (RS), Juliano Pereira, de Irineópolis (SC) e Silvio Paulo Girardi, de Rio Azul (PR). A diretoria permanecerá à frente da Amprotabaco pelo período de um ano.

Luiz Alberto Faria garantiu que os prefeitos irão continuar pressionando o governo para evitar medidas que prejudiquem a produção de tabaco.

“Estamos preocupados com o PLS nº 769/2015, do senador José Serra (PSDB-SP). Esse projeto quer estabelecer ‘embalagens genéricas’ para cigarros e proibir a exposição desses produtos”, disse.

Faria acredita que se o projeto for aprovado, os cigarros contrabandeados serão ainda mais atrativos aos consumidores, potencializando o comércio ilegal.

“É uma concorrência injusta, pois os produtos brasileiros têm uma alta carga tributária, já o cigarro contrabandeado possui um preço atraente aos usuários. O governo está preocupado em restringir o consumo de um produto que passa por um rigoroso controle de qualidade por parte da Anvisa, mas permite que um cigarro ilegal atravesse nossas fronteiras”, alertou.

Uma representação deverá estar presente na 7ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, prevista para novembro, em Nova Déli, na Índia.

“É fundamental a participação dos prefeitos nas discussões e nas reuniões que antecedem à COP 7”, destacou o presidente do SindiTabaco, Iro Schünke.

“A Amprotabaco está fazendo muito, mas a defesa do setor precisa aumentar e a Afubra continuará defendendo as demandas do grupo”, garantiu o presidente da Afubra, Benício Albano Werner.

Fonte: SindiTabaco – Edição: SE-Conicq

<http://sinditabaco.com.br/restricoes-ao-setor-preocupam-amprotabaco/>

TABACO ILÍCITO

Protocolo de combate ao comércio ilegal de cigarro ainda tramita no Brasil

Tema do dia Mundial sem Tabaco 2015, e apoiado pela Câmara dos Deputados, palco de uma audiência pública, a ratificação do Protocolo do Mercado Ilícito de Produtos de Tabaco, permanece em análise no Ministério da Saúde, para de lá seguir rumo à Esplanada dos Ministérios, já que a matéria envolve outras áreas do governo, como Justiça e Fazenda.

Na ocasião, a diretora-geral da OMS, Margaret Chan, pediu aos países que assinassem o Protocolo, um instrumento para conter e eliminar essa complexa atividade criminosa.

Ele determina a implementação de várias medidas relacionadas ao fornecimento dos produtos derivados do tabaco, que inclui a licença de importação, exportação e fabricação do material.

Segundo Chan “Este Protocolo oferece ao mundo um instrumento jurídico único para combater e, em longo prazo, acabar com uma complexa atividade criminal...Aplicado plenamente, o Protocolo permitirá melhorar as contas públicas e aumentar os gastos com saúde”.

O comércio ilícito leva os jovens, sobretudo os mais pobres, a consumir cigarros contrabandeados, responsáveis também pela redução da arrecadação de impostos e pelo aumento da violência e do crime organizado.

Fonte: Who – Edição: SE-Conicq

MUNDO SEM TABACO

Chile lança novas advertências a partir de maio

O Ministério da Saúde do Chile divulgou que as novas advertências para embalagens de cigarro entrarão em vigor em meados de Maio, com duração de 24 meses.

As chamadas são destinadas a reduzir a prevalência do aumento do consumo de tabaco. No Chile, quase 45 pessoas morrem a cada dia devido ao tabagismo, e mais de um bilhão de pesos são gastos anualmente para tratar problemas de saúde causados pelo tabaco.

O Ministro da Saúde, James Burrows, disse que as advertências estão contidas na lei antitabaco e seus regulamentos.

"E, portanto, é sempre uma oportunidade para rever o exposto, e ver o que mais pode ser melhorado", disse ele.

Segundo Burrows, o foco são as grávidas e os adolescentes.

"temos nos concentrado em dois grupos, a grávida, porque é um grupo de risco, especialmente se o consumo ocorre no primeiro trimestre da gravidez, mas também afeta o resto da gravidez. Você pode gerar problemas graves no feto está se formando, e que está provado, você pode até mesmo perda ou aborto. O outro grupo, os adolescentes, o foco está na iniciação", disse Burrows.

Os dados do National Health Interview Survey, do Ministério da Saúde do Chile 2010 indicam que a prevalência atual de tabagismo é de 40,6%, na faixa entre 15 e 65 anos e na população em geral.

Fonte: DF – Edição: SE-Conicq

<https://www.df.cl/noticias/tendencias/minsal-lanza-nuevas-advertencias-en-cajetillas-de-cigarrillos-rigen-a/2016-02-19/124350.html>

França implanta maços padronizados a partir de maio

O Conselho Constitucional francês validou a lei que determina a adoção de embalagens padronizadas a partir de maio de 2016, acompanhando a Austrália que implantou a padronização das embalagens de tabaco em 2012.

Com esta medida, a França será o quarto país a utilizar este método para reduzir o consumo ao lado de Irlanda e Reino Unido que passarão a adotar neste ano. Outros países discutem a implementação da medida, como Brasil, Noruega, Nova Zelândia, África do Sul e Turquia.

Nesta mesma decisão, o Conselho também julgou constitucional a proibição de venda produtos de tabaco com sabores ou dispositivos que modifiquem o odor, gosto ou

intensidade da queima, ou incluindo certos aditivos; e (ii) da publicidade nos locais de venda.

Fonte: Conseil France – Edição: SE-Conicq

www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/les-decisions/accs-par-date/decisions-depuis-1959/2016/2015-727-dc/decision-n-2015-727-dc-du-21-janvier-2016.146887.html

Candidato à sucessão de Obama faz duras críticas a Indústria do Tabaco

Os países signatários da CQCT podem ter nos EUA um forte aliado nas políticas antitabaco caso o candidato Bernie Sanders seja indicado pelo Partido Democrata para disputar a sucessão de Barack Obama na Casa Branca. Oficializado, terá que ainda vencer o candidato do Partido Republicano.

Em discurso de campanha, Bernie Sanders, fez uma crítica feroz à Indústria do Tabaco citando o litígio que envolveu a Philip Morris e o governo do Uruguai, presidido por Tabaré Vázquez, em debate televisionado no Estado de Columbia, em que participou a rival Hillary Clinton.

"Philip Morris, uma das maiores empresas de tabaco, processou o Uruguai, um pequeno país da América do Sul. Vocês sabem por que esta indústria processou o Uruguai? Porque o presidente é um oncologista que está muito preocupado, e trabalhou duro para a prevenção do tabaco, e sabe o que a Philip Morris disse: "você negou a nossa empresa futuros ganhos. Queremos liberdade para matar os filhos do Uruguai" disse Sanders quando perguntado sobre como enfrentaria a indústria do tabaco caso eleito presidente dos EUA.

"Quando falo sobre ganância das corporações, cito a indústria farmacêutica ao cobrar tarifas que tornam os medicamentos inacessíveis. Creio que o pódio dessa lista é a indústria do tabaco (...) Sabe o que eles estão fazendo ao redor do mundo? estão distribuindo cigarros para crianças. Chegam aos países com pacotes coloridos e essas meninas bonitas distribuindo cigarros para crianças, para que se viciem com nicotina", disse Sanders.

"Temos que cuidar da indústria de tabaco, e falarmos claramente que eles não podem matar crianças na América", declarou.

Fonte: El Pais – Ed: SE-Conicq

<http://www.guiademidia.com.br/acessar-o-jornal-internacional.htm?http://www.elpais.com.uy/>

Uruguai investiga doença do tabaco verde em crianças

O Ministério da Saúde Pública do Uruguai está realizando um estudo sobre a situação dos produtores de tabaco das cidades de Artigas e Rivera. No Uruguai, cerca de 100 produtores de tabaco trabalham com crianças e adolescentes - crianças trabalham

durante as férias - o que significa que cerca de 500 pessoas estão em contato direto com a planta na época da colheita.

Um relatório publicado pela OMS em 2011 destaca que as crianças são as mais suscetíveis à doença do tabaco verde "por apresentar um mais fino e mais capacidade de absorção da pele".

O presidente Tabaré Vázquez começou a implementar a partir de seu primeiro mandato (2005-2010), o Programa de Controle do tabaco em Artigas, informou ao Observer o responsável pelo programa de cessação do tabagismo, Enrique Soto.

Como parte da pesquisa foi discutido com os professores no setor rural se eles tinham conhecimento de casos de envenenamento por nicotina em crianças. Os professores disseram que tinham alunos que trabalhavam ajudando suas famílias com sintomas idênticos aos da doença do tabaco verde.

Embora o Uruguai possua produtores locais, apenas 6% da produção nacional de tabaco é utilizada no país para a fabricação de cigarros. 80 por cento do tabaco é importado do Brasil.

Fonte: El Observador – Edição: SE-Conicq

<http://www.elobservador.com.uy/el-tabaco-verde-la-enfermedad-del-cigarrillo-que-no-se-fuma-n870819>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA